

AUTOR(ES): KEYSSA DE OLIVEIRA e ANA LÚCIA FERREIRA DOS SANTOS.

A IMPORTÂNCIA DO AEE PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Palavras - chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE) Sala de Recursos Multifuncionais Pessoas com Deficiências

RESUMO: O presente trabalho se trata de um relato de experiências vivenciadas na Sala de Recursos Multifuncionais referente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Escola Municipal Dona Vidinha Pires, por meio do Projeto de Residência Pedagógica da Universidade Estadual de Montes Claros e Capes. O AEE visa está previsto pela Política Nacional da Educação Especial instituída pelo Decreto nº 6.571/2008 que tem por objetivo identificar, elaborar e organizar materiais pedagógicos de acessibilidade com vista à completação e suplementação para rompimento de barreiras a distanciar os obstáculos para a plena participação dos alunos. Nesse sentido, o trabalho objetiva demonstrar experiências vivenciadas na sala de recursos da escola Dona Vidinha Pires, o relato justifica- se pela necessidade e demanda oriunda nas salas de aula regular, assim, o resumo está inserido na modalidade ensino. Segundo a LDBEN 9394/96, o atendimento educacional especializado, deve ser gratuito e oferecido de preferência na rede regular de ensino, aos discentes com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem por objetivo, a inclusão social e cidadã dos indivíduos com deficiência, ao assegurar e promover as condições de igualdade, para garantir o exercício dos seus direitos e liberdades essenciais (BRASIL,2015). A inclusão legitima-se, pois para muitos estudantes a escola é o único espaço de acesso aos conhecimentos, assim, a instituição escolar deve possibilitar um ambiente de desenvolvimento e formação cidadã (MANTOAN,2003, p.25). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegura e garante o acesso ao ensino regular, bem como a oferta do AEE (BRASIL,2008). Primeiramente são feitos questionamentos aos pais, a fim de identificar quais áreas devem ser trabalhadas, durante a experiência na sala de recursos, foi possível perceber uma evolução gradual de alguns alunos em relação às questões comportamentais e cognitivas. Considerando, as experiências vivenciadas no AEE que são de suma relevância para os acadêmicos de pedagogia, pois as atividades desenvolvidas podem contribuir para otimizar a pesquisa em educação e a formação docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília-DF: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 2 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.BrasíliaInclusiva**. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2008.

LUCKE, Neiva Cristian Flores Sott. A importância do estímulo no desenvolvimento da criança. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 12, ano 4, n. 6, p. 33-34, jun. 2019. ISSN: 2448-0959.

BRASIL. Diário Oficial da Legislação**. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília- DF, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.